

O que pode mudar com o pacote

As prestações do BNH poderão ser de 10% a 20% menores que o anunciado, em consequência do início do processo de desindexação da economia através de idêntico corte na correção monetária. A informação foi dada ontem em Brasília por fonte do Ministério da Indústria e do Comércio, ao antecipar ainda um possível aumento do Imposto de Renda incidente sobre a remuneração de todos os ativos financeiros. Estas seriam as duas medidas mais ousadas do **pacote** em preparo para jogar um jato de água fria na especulação financeira e evitar a inadimplência geral no setor habitacional.

Além disso, observou o informante, com a redução dos subsídios à conta-petróleo, à conta-trigo e ao setor agrícola, e com os cortes nos gastos das estatais, haverá menor pressão do governo sobre o mercado financeiro. Dessa forma, não haverá motivo de as taxas de juros continuarem tão altas como estão.

A fonte do MIC espera que, em contrapartida ao jato de água fria sobre o mercado financeiro, haverá reativação principalmente do mercado imobiliário. Esse setor reduziu suas atividades nos últimos anos porque optou pelo mercado financeiro, a exemplo da classe média, insegura diante da desvalorização crescente do cruzeiro. Maior demanda do mercado imobiliário gerará mais emprego e as atividades econômicas se reativarão, porque as empresas aplicarão menos no mercado financeiro e se beneficiarão da queda dos juros.

Quem paga a poupança?

A introdução do redutor sobre a correção monetária beneficiará os mutuários do BNH e os locatários. Na avaliação oficial, é previsível uma renegociação em massa dos mutuários depois do terceiro mês de vigência do aumento, variável de 98 a 130% nas prestações da casa própria, a não ser que a correção monetária aplicada sobre as prestações deixe de ser plena. A aplicação da correção monetária plena continuará incidindo, porém, sobre os depósitos de poupança, para não prejudicar o Sistema Financeiro de Habitação. A fonte não explicou como será possível pagar rendimentos integrais à poupança com a aplicação do redutor às prestações do BNH, que é de onde sai o dinheiro.

Para essa fonte não será necessário aplicar um redutor sobre os salários. Eles refletirão um índice de custo de vida expurgado dos efeitos graduais do aumento dos

Com a aplicação de um redutor de 10 a 20% na correção monetária, as prestações do BNH ficariam menores. E o governo pode conseguir ainda uma queda nos juros.

derivados do trigo e do petróleo, em razão das mudanças metodológicas anunciadas para o INPC.

Dessa forma, reduzindo gradualmente os efeitos da correção monetária sobre todos os ativos financeiros (e mantendo-a plena somente na remuneração da poupança popular) e contando os subsídios ao crédito agrícola e os gastos das estatais, o governo criará as condições essenciais exigidas pelo Fundo Monetário Internacional para liberar a segunda parcela do empréstimo ampliado de US\$ 407 milhões. Dessa liberação, ressaltou a fonte, depende a sobrevivência da economia, porque sem ela os credores particulares recuarão ainda mais.

Aplicadas as medidas de contenção do déficit, estarão criadas condições reais para a redução das taxas de juros. Enquanto o FMI permitiu, o déficit foi financiado em sua maior parte pelos empréstimos externos e pela pressão sobre o mercado financeiro. Os empréstimos externos estão secando, "mas as novas medidas que deverão ser tomadas para reduzir o déficit, com ênfase na redução dos gastos gerais, contribuirão para eliminar essa pressão e baixar as taxas de juros".

O governo acha que a eliminação gradual da correção monetária, além de reduzir os juros e a inflação — contrabalançando os efeitos negativos da retirada dos subsídios à agricultura, ao petróleo e ao trigo, que contribuirão para elevar as taxas —, ajudará a moralizar o mercado financeiro.

A pressão oficial sobre o mercado — disse a fonte do MIC — deu margem aos abusos e a retirada gradual do governo do mercado ajudará a reduzi-los, dando-lhe, inclusive, moral para fiscalizar com mais rigor o comportamento dos bancos. O governo estava impossibilitado de fazê-lo, porque era acusado de principal culpado pelas altas taxas e os abusos.

Apoio à agricultura

O corte dos subsídios à agricultura e ao petróleo precisa ser

acompanhado de medidas que neutralizem seus efeitos recessivos sobre a economia, sobretudo em relação à agricultura, que necessita receber preços mínimos mais encorajadores, disse ontem o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto.

Reeleito para um terceiro mandato de dois anos, Ruy Barreto, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro desde 1979, saudou com entusiasmo as declarações do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, quanto à disposição do governo de reduzir substancialmente o déficit público, as despesas de custeio e os investimentos das empresas estatais.

Langoni voltou a defender exatamente a mesma linha de idéias que sustentou em seu discurso de posse na presidência do Banco Central — disse Barreto, salientando que agora provavelmente essas idéias tenham maior ressonância no governo, e sejam por ele adotadas.

Ruy Barreto disse que a execução das idéias do presidente do Banco Central vem sendo reivindicada há cerca de cinco anos pela entidade, sobretudo porque são indispensáveis para a queda da taxa de juros no mercado interno, medida vinculada necessariamente à diminuição do déficit público, também agora preconizada com ênfase por Langoni.

Se o governo tivesse adotado a linha agora defendida por Langoni não estaríamos enfrentando essa elevada taxa de juros nem a dívida externa teria aumentado na proporção ocorrida, assinalou Barreto.

O presidente da Confederação das Associações Comerciais concorda igualmente com a intenção do governo, manifestada por Langoni, de efetuar corte substancial nas despesas de custeio e mesmo de investimentos das empresas estatais.

Despesas "faraônicas"

Em relação a algumas empresas estatais, os investimentos podem até mesmo ser cortados na sua totalidade, porque isso não trará qualquer prejuízo ao País. Ele lembrou que certas estatais possuem elevadas despesas de custeio em consequência de seus prédios-sede, de proporções "faraônicas". Mas também admite como certo que, em certas áreas de atuação do setor estatal, os investimentos não devem sofrer cortes.